

Mulheres no movimento estudantil e as universidades públicas brasileiras da década de 1990: gênero e educação

Women in student movement and the Brazilian public universities of 1990 decade: gender and education

Mujeres en movimiento estudiantil: género y el contexto de las universidades públicas de Brasil de la década de 1990

Mayris de Paula Silva*

Universidade Federal de São Carlos (UFSCar – Sorocaba)

Viviane Melo de Mendonça**

Universidade Federal de São Carlos (UFSCar – Sorocaba)

RESUMO

A pesquisa analisou as memórias sociais de mulheres que atuaram no movimento estudantil brasileiro na década de 1990 em universidades públicas do Estado de São Paulo. Compreendeu a mulher como sujeito histórico, político e social, como principais referências os estudos feministas e de gênero. A metodologia para o estudo das memórias sociais foi a de História Oral Temática. Foram realizadas quatro entrevistas, no roteiro os temas: participação, gênero e educação. Concluiu-se que a participação da mulher no movimento estudantil o revela como um espaço masculinizado, com ausência dos debates de gênero. As memórias destas mulheres desvelam também que esse espaço de atuação está carregado de sentidos e vivências e, sobretudo, da (re) invenção da mulher na luta política para subverter os espaços de opressão.

Palavras-chave: Gênero. Movimento Estudantil e Memória Social.

ABSTRACT

Our research analyzed the social memories of women who acted in the Brazilian student movement in the 1990s decade at public São Paulo State universities. It comprehended the woman as a historical, political and social character, using feminists and gender studies as major references. The Thematic Oral History was the methodological approach used for studying the social memories. We performed four interviews using topics as participation, gender and education in our script. Our study concluded that the female participation in the student movement described it as a masculinized space, being devoid of gender debates. These collected women memories also reveal that this acting space is full of meanings and life experiences and, above all, describe the (re) invention of the women political struggle for subvert the oppression spaces.

Keywords: Gender. Student movement and Social memory

RESUMEN

La investigación analizó las memorias sociales de mujeres que participaron en el movimiento estudiantil de Brasil en la década de 1990 en las universidades públicas de São Paulo. Entendiendo la mujer como sujeto histórico, político y social, como principales referencias los estudios feministas y de género. La metodología utilizada para el estudio de las memorias sociales fue la Historia Oral Temática. Se realizaron cuatro entrevistas. Los temas de la entrevista fueron: participación, género y educación. Se concluyó que la participación de las mujeres en el movimiento estudiantil lo muestra como un espacio masculino con la ausencia de debates de género. La memoria social de estas mujeres también dio a conocer que este espacio escénico está cargado de sentidos y experiencias y, sobre todo, de la (re)invención de la mujer en la lucha política para subvertir los espacios de opresión.

Palabras-clave: Género. Movimiento Estudiantil y Memoria Social.

Introdução

Este trabalho buscou a compreensão, por meio das memórias presentes nos relatos de mulheres, de que modo as discussões de temáticas feministas e de gênero aconteceram no movimento estudantil da década de 1990 e também como as mulheres relataram a participação feminina nestes espaços, que eram reconhecidamente hierarquizados e de atuação predominantemente masculina. A pesquisa, portanto, teve como foco as memórias de quatro mulheres que participaram da base do movimento estudantil em universidades públicas do Estado de São Paulo e, em específico, foram explicitadas as suas narrativas de participação e formação política, tendo as categorias de gênero e educação como eixos de análise.

Do ponto de vista do enfoque teórico-metodológico, a História Oral foi a abordagem que fundamentou este trabalho, com a qual as memórias são entendidas como construções psíquicas e sociais. De acordo com Halbwachs (2004), que elaborou a teoria da sociologia da memória que dialoga com a abordagem de História Oral aqui adotada, entende-se que toda memória é coletiva e constituinte da identidade. Toda memória pessoal, portanto, é coletiva. Isto vem da afirmação de que a nossa subjetividade (reflexões, percepção, pensamentos, sentimentos), experiências, bem como os sentidos e significados produzidos sobre si e o mundo são intuídos de um pensamento social, de um grupo social do qual se faz parte.

Com base nos pressupostos de Halbwachs, Pollak (1989) afirmou que memórias marginalizadas abrem para a perspectiva teórico-metodológica da História Oral, com a qual estas memórias prosseguem em seu trabalho de subversão do silêncio, e, além disso, entram na disputa entre memória oficial e as memórias subterrâneas. É uma disputa pela afirmação, sobretudo, de uma identidade que foi marginalizada ou subalternizada. Assim como argumenta Thompson (1978), a História Oral é construída com a tessitura de memórias de pessoas que, de "objetos" de estudo, tornam-se reconhecidas como "sujeitos" da história. Os grupos sociais que foram escamoteados ou colocados na sombra da história oficial, como pessoas negras, homossexuais e mulheres, tem suas experiências narradas e, em si mesmas, historicizadas.

Diante destes fundamentos, partimos da premissa de que as contribuições dos estudos de gênero e das mulheres para o campo da história e da educação são relevantes em vista de que rompem com o silenciamento das mulheres no passado, bem como colocam reflexões metodológicas fundamentais para a pesquisa em educação, quando atenta para importância da sensibilidade e da subjetividade como objetos de estudo. Esta premissa é resultado de reivindicações de movimentos feministas que denunciaram a invisibilidade das "mulheres" na história e apontaram para a necessidade de resgate das memórias femininas, visto que marcam uma especificidade de objeto, mas também uma possibilidade teórico-metodológica propriamente feminista, tal como analisado por Rago (1998).

Realizou-se nesta pesquisa um desenrolar das histórias das mulheres no movimento estudantil da década de 1990 que trouxe visibilidade às suas memórias. Evidenciou também que as narrativas de suas vivências estão repletas de significados e fazem uma rememoração do vivido, em um contexto político e econômico da década de 1990, quando ensino superior ainda estava marcado pelo passado recente do período da ditadura-civil militar brasileira, bem como pela política neoliberal, com uma forte tendência para de expansão do ensino privado e privatização das universidades públicas. Deste modo,

a pesquisa realizada pretende contribuir para os estudos do movimento estudantil brasileiro na perspectiva da memória, educação, estudos feministas e de gênero.

Metodologia da pesquisa: história oral temática

A história oral como metodologia pretende a construção e recuperação da relação sujeito-história-política. Trata-se das relações que os sujeitos estabelecem entre si e o mundo, relações subjetivas e práticas que são construídas por meio de suas experiências sociais. A memória ao ser evocada se torna uma forma de conservação ou elaboração do passado. Conforme ressalta Bosi (2003, p. 15):

A memória oral, longe da unilateralidade para a qual tendem certas instituições, faz intervir pontos de vista contraditórios, pelo menos distintos entre eles, e aí se encontra a sua maior riqueza. Ela não pode atingir uma teoria da história nem pretender tal fato: ela ilustra o que chamamos hoje de História das Mentalidades, a História das Sensibilidades.

Nesta perspectiva a feitura de um tempo que é vivido e construído individualmente revela-se no coletivo e no social, onde vivemos uma diversidade de experiências de lembranças. Os tempos da memória, trazida pela História Oral, reporta-se a uma dimensão afetiva e não-linear que, de modo geral, é negada nas ciências humanas. A metodologia da História Oral, neste caso, não supõe a busca de verdades, nem de verdades da história oficial para contrastarem com o dito pelas pessoas entrevistadas. A relevância de seu caminho de pesquisa, portanto, está em representar de que modo a história é significada e dá sentidos as vivências dos sujeitos. Conforme relata Brito (2011, p.23), a História Oral é relevante não apenas em pesquisas que faltam fontes escritas, mas principalmente porque possibilitou uma mudança de enfoque nos trabalhos históricos, “quebrando uma visão rígida da objetividade do fato histórico, abrindo a possibilidade de recuperação de maneiras diversas de viver a história, conforme o gênero, a idade, a ocupação, a classe”.

Com base nestas posições metodológicas e com a premissa da importância da memória e da oralidade feminina para a compreensão das relações de gênero presentes no movimento estudantil, esta pesquisa contou com a metodologia de história oral temática e focou os seguintes temas: a) participação, b) gênero e c) educação. Participaram da entrevista quatro mulheres, todas residentes no Estado de São Paulo e participantes do movimento estudantil durante a década de 1990. As entrevistadas tinham entre 40 e 48 anos. Três delas são professoras universitárias e uma professora da rede pública. Quando concordaram em participar da pesquisa, todas assinaram *Termo de Consentimento Livre e Esclarecido*, onde os objetivos e finalidades do estudo estavam descritos. Os nomes aqui apresentados são pseudônimos escolhidos pelas próprias entrevistadas. Os temas da pesquisa foram apresentados a todas as entrevistadas, mas os caminhos foram tecidos de maneira única por cada uma delas. Assim como apontado por Cosentino (2013) quando aborda a técnica de entrevista na história oral:

[...]. Nesta técnica, o entrevistador lista uma série de temas que serão trabalhados durante a conversa e deixa que o participante fale acerca dos mesmos. O roteiro, feito antes da realização da entrevista, exige que o entrevistador conheça a história

e o participante, a fim de que os assuntos mais relevantes sejam abarcados. Embora a lista de temas deva ser a mesma para todos os entrevistados, podem sugerir novos temas durante a entrevista (COSENTINO, 2013, p. 28).

A questão central ao relato das mulheres foi desvelar sua história no movimento estudantil, bem como o que a memória social desmistifica sobre a atuação feminina nos espaços predominantemente masculinos. As representações do movimento estudantil experienciados por essas mulheres foram de Universidades públicas localizadas no estado de São Paulo, como a Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) *campus* São Carlos, Universidade de São Paulo (USP) e no *campus* da USP em São Carlos. As suas atuações compreendiam atos decisórios no movimento estudantil, participações em assembleias, Centros Acadêmicos (CAs) e Diretório Centrais dos Estudantes (DCEs) de seus cursos e universidades.

As histórias narradas foram de suas vidas adultas, tendo como marco a entrada no movimento estudantil. A metodologia permitiu vislumbrar uma série de fatos em seus relatos e possibilitou uma escuta apurada. Fica evidente a relação entre narrativa e oralidade. Narrativa e oralidade se desenvolvem no tempo e é deste tempo que recuperam a própria voz e nela o “fluxo circular que a memória abre do presente para o passado e deste para o presente” (BOSI, 2003, p.45).

A memória não é passiva, mas é organizadora de caminhos pelos quais as pessoas recordadoras abrem com sua evocação. A memória é um mapa afetivo da experiência individual e coletiva que configura e dá sentido à sua vida (BOSI, 2003). Esse trabalho, portanto, é simultaneamente de memória individual e coletiva e revela cada história como única. Em outras palavras, todas as histórias desta pesquisa foram assinaladas por um plano público e político e marcadas por essas experiências pessoais e coletivas que construíram a maneira própria como se historicizou o movimento estudantil e suas próprias vivências subjetivas.

As universidades públicas na década de 1990, um breve contexto

A política neoliberal na década de 1990 toma força com a posse de Fernando Collor de Mello como presidente da República, que exerce mandato de curta duração (15 de março de 1990 a 29 de dezembro de 1992 em que acontece o processo de *impeachment*), sendo substituído por Itamar Franco. O governo de Itamar Franco dá continuidade à política neoliberal, mas em seu governo essa prática política sofre um desaceleramento (PEDEX, 1993).

O Ministro da Economia na época era Fernando Henrique Cardoso, que propõe o Plano Real como forma de valorizar a moeda brasileira. Por conta da aprovação sentida em seu mandato, candidata-se a presidência, sendo eleito presidente da República na eleição seguinte, dando continuidade e aprofundamento da política neoliberal. Neste período a Educação Superior na década de 1990 foi regida pela racionalização organizacional e pela busca de novos sistemas de gestão, outras formas de administrar, que correspondiam a um determinado padrão de valorização da economia em detrimento as políticas públicas. Assim, a administração das universidades públicas passava a ser orientada pela busca de resultados, pela descentralização, flexibilização e competitividade.

Neste sentido, a expansão da Educação Superior no Brasil tinha como regras os sistemas de planejamento e avaliação de resultados, o que comportou a lógica empresarial com as ideologias de modernização produtiva e grande inovação tecnológica, resultantes do processo da globalização

sustentando as bases para uma Educação Superior mercadológica para atender ao mercado e se adequar aos “tempos modernos”, deliberando um desenvolvimento econômico para o Ensino Superior privado e não a expansão da educação pública e de qualidade (TAVARES, 2012). Uma das entrevistadas diante deste contexto afirma:

Era muito mais em relação ao aumento das fundações à surdina... E foram encontrando estratégias de privatização, muitas instituições começaram a existir na universidade e era uma forma do capital privado entrar. Os MBA's e outras especializações e institutos de pesquisas, isso começou a se generalizar também e as justificativas vinham pelo sucateamento. Um sucateamento arquitetado para a abertura e entrada do capital privado. Em alguns setores da universidade era isso o que eles queriam e querem até hoje (Mariana, 40 anos, em entrevista de 16/3/2015).

Contudo, a educação passou a incorporar a lógica empresarial. As universidades públicas foram sucateadas e, muitas vezes ficaram sem verba para custeios mínimos como água, luz ou telefone, como descreve outra entrevistada:

Muitas ações foram feitas no sentido de luta interna na universidade: por ampliação da moradia, a briga pela permanência do RU zero, porque sempre tivemos RU zero na universidade, ou seja, nenhum estudante pagava o RU. Por conta da política de governo do Fernando Henrique nos anos 90, a universidade ela foi sucateada durante toda a década. Sucateada ao ponto de discussões do Conselho Universitário girarem em torno do quê fazer para pagar a conta de luz e água da universidade, pois a CPFL ameaçava cortar a energia elétrica da universidade por falta de pagamento. A universidade funcionava praticamente porque os professores a mantinham em pé, recursos técnicos como dinheiro de custeio, isso não existia (Cora, 45 anos, em entrevista de 13/3/2015).

Uma das maneiras encontradas pelos estudantes para minimizar esse sucateamento sofrido pelas universidades eram as mobilizações. Os problemas financeiros das Universidades Públicas Federais, em especial, se instalavam cada vez mais no governo de Fernando Henrique Cardoso. Essas dificuldades tornavam-se estruturais e dificultavam o acesso e permanência no espaço universitário, tornando-se pauta de luta diária do movimento estudantil:

Os estudantes estavam bastante mobilizados com essas questões, muitas mudanças aconteceram no governo do Fernando Henrique Cardoso, como o restaurante que não era pago, fizemos ocupação na reitoria e conseguimos fazer com que o restaurante tivesse um valor menor, um preço que é subsidiado pela universidade, que banca boa parte do custo (Cora, 45 anos, em entrevista de 13/3/2015).

As salas de aula com problemas de infraestrutura, com problemas de limpeza e falta de reposição das perdas salariais, porque daí não é nem aumento de salário e reposição das perdas salariais, enfim, uma série de problemas que eram visíveis, visíveis em termos assim de teto caindo literalmente, mesmo na USP, que era uma estadual, [isso] era visível fisicamente, principalmente por falta de investimentos. Acho que a principal experiência que ficou era quando tinham os eventos que nós procurávamos realizar nas universidades federais para dar visibilidade àquelas situações (Mariana, 40 anos, em entrevista de 16/3/2015).

Portanto, temos aqui a relevância da luta dos movimentos estudantis universitários em um contexto de sucateamento e ameaça ao acesso e permanência de estudantes nas universidades públicas durante os anos 1990. As questões que se colocam são: qual o papel das mulheres participantes do movimento estudantil da época? Quais vivências, dificuldades e representações que elas construíram deste momento? Como suas memórias individuais refazem a própria história do movimento estudantil da década de 1990?

Considerações das mulheres como politicamente atuantes dentro do movimento estudantil

Os diálogos sobre as questões de gênero no movimento estudantil ainda estavam no começo do debate na década de 1990, de modo que suas discussões nem sempre eram levantadas, nenhum questionamento era feito pelos grupos da época. As questões e os preconceitos sempre estiveram postos, mas de certa forma eram ignorados, de maneira que as meninas reproduziam alguns rituais sem se dar conta de reproduzir o que acontecia em um primeiro plano na sociedade, como é relatado a seguir:

Não tinha nenhum grupo que levantasse um “A” sobre essas questões, mas elas estavam presentes. Mas naquele momento não tinha ninguém que levantasse essas questões, pelo contrário, até as próprias meninas que estavam envolvidas reproduziam do mesmo jeito o discurso, o hino. Era o encontro do time da USP contra o time da Federal, mas sem nenhum questionamento, seja mais organizado de movimento feminista, por exemplo, que hoje a gente tem presente e tem movimento feminista presente na universidade de vários matizes, inclusive, sobretudo lá em São Carlos. Mas também você não tinha nenhum tipo de conversa entre as meninas que participavam do movimento estudantil, isso não era posto naquele momento. Essa questão não era posta no caso específico do movimento estudantil que eu participei, das discussões que eu participei, ela não era sequer levantada por ninguém. Não é que ela era abafada ou ela era posta em segundo plano por um grupo de homens ou meninos que a colocavam em segundo plano, não! ela não era levantada (Cora, 45 anos, de 13/3/2105).

Os relatos tomam base de uma dimensão sexuada da sociedade e da história, como afirma Perrot (2012), antes ignorada e interpretada pelo sexo masculino e que excluía e negava as discussões pautadas na violência moral contra a mulher. Muitas vezes sentia-se a exclusão, mas se colocava em silêncio, calava-se a voz das mulheres e dos outros sem tomar partido, o que era entendido como uma forma de negar sua existência, de uma conformação a não discutir pela falta de importância, pela falta de palavra:

Tem a discriminação, era coisa que a gente sentia, mas não era discutida, não fazia parte daquele universo, não era debatida, acho que, talvez, era mais velado. Eu pelo menos não participei dos movimentos de gênero, eu não lembro se tinha, porque eu não participei. Talvez a gente sentisse isso e era inconsciente, mas na época não tínhamos essa pauta na cabeça, as questões de gênero não tinham essa relevância (Helena, 48 anos, entrevista de 29/3/2015).

Como relata Cora, essas discussões sobre depreciação da mulher e de opressão masculina não eram levantadas como no momento apresentado, onde o foco estava nos jogos entre as universidades, entre a UFSCar campus São Carlos (Federal) e a USP/CAASO (Estadual) e a rivalidade (existente até hoje). Este era um período de festa, de animação quando sobressaía qualquer xingamento agressivo de depreciação de gênero e raça. No entanto, não eram abordadas como depreciação da figura feminina ou de outros grupos:

As questões, elas estavam ali. Por exemplo, eu vejo hoje toda uma crítica à TUSCA, uma crítica à Atlética... Eu começo a perceber que, na verdade, o que fazíamos naquele momento não era muito diferente do que é feito hoje, nesses termos dos xingamentos durante os jogos, dos hinos durante os jogos, não era diferente... Eles tinham o mesmo conteúdo de depreciação da mulher, do diferente, ele era carregado de depreciação da outra universidade, de depreciação do processo seletivo, todo ele é baseado em depreciações, mas isso não era levantado de modo algum como algo a ser combatido, algo a ser mudado, nem das [meninas] que participavam dos jogos nem das que estavam fora ou dentro do movimento estudantil, do DCE, dos CAs, ninguém levantava essa questão naquele momento (Cora, 45 anos, em 13/3/2015).

Com a nossa conversa tive um insight. Foi perceber que não tinha essa agenda, eu acho que sentíamos pressão, mas não falávamos que a estrutura era machista. Às vezes eu não sou capaz, não tenho o mesmo valor daquele homem que fala "bonitão", eu acho que era uma coisa mais reprimida, para minha vivência não era tão clara (Helena, 48 anos, em entrevista de 29/3/2015).

O não falar, a ausência de diálogo, a falsa neutralidade que se coloca em diversos campos, no caso do campo social feminino atuante no movimento estudantil, corrobora para as práticas machistas apontadas nas memórias, ditas como não sentidas naquele momento, mas que, no exercício de memórias, quando narravam as lembranças durante a entrevista, fez-se o questionamento das práticas vivenciadas no passado. A Educação Superior feminina, além de tardia, tem como modelo de representação dentro da universidade de muitos cursos e disciplinas desvalorizados por serem compostos de mulheres, em sua maioria:

Muitos cursos, tanto as Engenharias, por exemplo, pra eles os cursos de Humanas, a sociologia, as Licenciaturas, quem davam as aulas no Departamento de Educação, eles falavam, era a "perfumaria". Eles falavam "as disciplinas perfumarias", quer dizer, supérfluo, você está com pouco dinheiro, você compra perfume ou compra comida? (risos) Você compra comida, tinha esse termo aqui, você vai fazer a tal perfumaria lá? Isso daí é "perfumaria" deixa para o final do semestre, para o final do curso (Helena, 48 anos, em entrevista de 29/3/2015).

Nesse contexto tem alguns estigmas externos, aquele curso "só tem mulher". Isso já é carregado de um juízo de valor de colocar um peso da diferença negativa. No meu modo de pensar, no sentido de alguns caras falarem e se interessarem pela área de conhecimento e dizerem que não fariam o curso que "só tem mulher", como se fosse menos importante, um equívoco que precisa ser superado ainda hoje (Mariana, 40 anos, em entrevista de 16/3/2015).

Os espaços de cursos de exatas, grupos políticos e esportes, eram considerados de difícil acesso às mulheres e, muitas vezes, quando elas os ocupavam se sentiam testadas pelas suas capacidades, sendo consideradas, portanto, as “diferentes”, ou tendo que oferecer justificativas pelas suas presenças nestes espaços ou se enrijecer para serem ouvidas:

Uma mulher no curso de Engenharia de Materiais, Engenharia Química, minhas amigas da Engenharia, nós tínhamos time de basquete. Na minha época começaram a vir as mulheres, elas eram pioneiras. Ou então ela é ponto fora da curva, por exemplo, a Ana Cláudia fez Engenharia Química, ela era uma das únicas mulheres no curso e a referência que se fazia: “Ela é mulher, mas é inteligente” (Helena, 48 anos, em entrevista de 29/3/2015).

E vou dizer uma coisa, esse relato que eu faço da minha inserção, assim como de outras amigas, sempre foi permeado por uma postura de falar a mesma língua, desde a questão de andar de calça jeans, camiseta e tênis. Não me lembro, se eu lembrasse como eu andava na universidade... Era bermuda mais comprida, tipo de moleque. Teve uma vez, foi num evento da pós e me convidaram, o coordenador era o mediador da mesa mais um professor convidado... Essa não é a primeira vez que eu escuto o mesmo comentário, porque é aquela coisa: eu falei primeiro e depois o professor que palestrou comigo. Aquela coisa, sabe, “as mulheres primeiro” (risos). E a fala dele: “Estou muito feliz de ter visto a palestra da Mariana, já tinha ouvido falar do trabalho dela, mas na hora que ela entrou, uma menina tão meiga, e a hora que ela abre a boca”... Não sei se isso é um elogio ou uma ofensa (risos), um estigma. Uma mulher jovem, menina, com alguns trejeitos, a expressão de falar por fisiotipo, a estrutura física e “quando ela abre a boca, sabe falar”! Esses nuances a gente vai sentindo. Quando eu fui para Pelotas foi bem complicado, sul do Rio Grande do Sul e eu pisava firme. Tinha uma amiga que me falou (risos): “Mariana, você entra firme e sai firme da sua aula, não mostra os dentes”. Eu lembro que passei por professora brava. (Mariana, 40 anos, em entrevista de 16/3/2015).

Esses espaços, como relatado acima, pareciam exigir uma negação da “feminilidade”, porém não era que esta feminilidade não existisse nestas mulheres. Ou seja, para que houvesse garantia de serem ouvidas, as mulheres não podiam utilizar qualquer acessório ou comportamento considerado “feminino” nas discussões políticas do movimento estudantil:

As meninas que estavam no DCE eram totalmente desprovidas dos acessórios femininos. Existia a feminilidade, tinha uma menina, ela era a companheira de um cara lá, se vestia como uma assexuada e não como uma mulher, mas com um moletonzão grandão, camiseta grandona rasgada. Qualquer outra roupa já lançavam o comentário “Nossa! Essa menina é “patricinha”, o que ela veio fazer aqui?” (Helena, 48 anos, em entrevista de 29/3/2015).

Ao se falar das mulheres se generaliza tudo: “as mulheres são, a mulher é...”, falas essas produzidas por homens ou mulheres em constante ausência de informações de mulheres reais, colaborando para a maneira como as mulheres são imaginadas, descritas ou contadas. Essas fontes obscurecem e silenciam o feminino segundo suas épocas, calam o ser mulher para as mulheres. As mulheres têm sua pluralidade, sua multiplicidade na sua composição do ser mulher, composta por diversas etnias e classes sociais. A entrevistada relatou que seu processo de formação educacional era

mais considerado pelo seu valor financeiro e social e não somente valorizado pelo casamento, ou pela mulher governada pelo pai e, depois, pelo marido:

Acho que tem uma série de questões históricas. Naquele momento eu não me perguntava sobre isso, essa não era uma questão para mim e nem a questão de ser mulher em casa, essa coisa da cobrança ou não cobrança, isso não era falado. A universidade era muito elitizada, muito mais do que ela é hoje. Quando eu entrei o vestibular da UFSCar era pela FUVEST, diferente do que se tem hoje com o SISU. Não era um vestibular próprio, isso significava o seguinte: que você prestava a FUVEST e na hora de fazer a inscrição você escolhia USP ou Federal. Eram poucas vagas, a oferta de cursos era muito menor, a universidade era muito elitizada no processo seletivo. A família, no caso específico, essas questões elas nunca foram levantadas na minha família. Meu pai e minha mãe não têm curso superior, a minha mãe inclusive casou grávida e parou de estudar. Ela foi terminar o Ensino Médio quando eu estava na universidade. A importância do estudo ela não era discutida ou debatida, essa questão era posta mais pela família da minha mãe, do meu pai, pelos meus avós, porque a minha avó era professora primária, mas também não era curso superior, era magistério, não sei direito como funcionava a formação... Eram os institutos, depois viram magistério, mais pra frente tem todas as modificações... Ela sempre trabalhou, aposentou como professora. Mãe de sete filhos, teve onze filhos mas os outros morreram pequenos, nasceram mortos. Dos seus filhos, uma tia minha fez Psicologia e Serviço Social em faculdade particular depois de muito tempo já casada e com filho, um outro tio, que trabalhava, numa empresa e daí ele fez Administração, numa faculdade particular. Ninguém mais na minha família tinha curso superior e numa universidade pública de fato ninguém tinha. Tinha uma valorização da educação um pouco por aí. Minha avó ficou extremamente, imensamente feliz quando eu entrei na universidade. Essa questão de ser mais valorizado para o homem ou para a mulher, na minha família isso não era colocado e também essa coisa da preparação da mulher para o casamento, isso é presente em muitas outras famílias, um pouco da geração anterior. Na minha família nunca teve isso por muitas histórias de separação da minha família, de filhos da minha avó que se separam, acho que isso de que a mulher foi feita para o casamento foi diminuindo, porque quem dança no final com tudo isso é a mulher, ela fica com os filhos, ela que vai receber uma pouca pensão, ela não vai ter inserção no mercado de trabalho... Essa da mulher casar e não investir em mais nada, isso nunca esteve presente na minha família. Talvez até um pouco pendendo para a importância de se ter uma formação, "é importante ter uma profissão [e] ter seu dinheiro", isso era um pouco presente (Cora, 45 anos, em entrevista de 13/3/2015).

A importância da formação feminina profissional, os padrões históricos de uma seguridade feminina e o tipo de educação da mulher começam a se distinguir da masculina e passam a ser uma educação para a vida social.

Minha mãe foi uma das mais entusiastas para que eu estudasse o máximo que pudesse, tivesse autonomia financeira, não casasse cedo, não me compromettesse com filhos muito jovem e que tivesse uma estabilidade maior e não passasse por coisas que ela passou. Meu pai também sempre teve uma postura de incentivar para que eu seguisse em frente, sempre muito na dele, sempre percebendo o que eu estava a fim, nunca teve nenhum momento ou alguma coisa do tipo "olha, você vai ter que ajudar em casa". O que eu posso dizer, tanto por parte de um quanto do outro, [é que] recebi uma educação no sentido de ter consciência de que o meu lugar

na sociedade não seria menor por eu ser mulher, muito pelo contrário, eu tinha que enfrentar mesmo e me preparar (Mariana, 40 anos, em entrevista de 16/3/2015).

Helena, em sua fala, mostra algumas diferenças sociais por morar em uma cidade no interior de São Paulo e faz a comparação com outras meninas que vivenciaram sua mesma época em outros contextos, outras cidades, visto que a universidade trazia pessoas de vários lugares tornando-se uma expressão de diferenças entre as experiências das pessoas:

Eu sempre tive uma briga muito forte com meu pai porque ele queria me enquadrar num plano que ele estabeleceu [e que] era o plano de todas as meninas, das minhas irmãs, das minhas primas, plano esse que eu não queria. Ele dizia: “Nossa, ela é muito desarvorada, fica fazendo essas coisas que não dá certo, isso não é pra mulher”. Para você estar nesses movimentos, na minha época, tinha que abrir mão de muitas coisas para se diferenciar. A vida de uma menina que nasceu em São Carlos na década de 1960 e passou sua vida inteira aqui era assim, você tinha que se formar, trabalhar no comércio e casar, ou trabalhar numa escola e casar. Eu não queria uma vida assim, eu sempre me apaixonei por essa questão de estar organizando, de estar em comunidade, de estar cuidando das pessoas. De certa maneira você tem que se masculinizar, deixar as outras demandas de lado, pois arrumar namorado era aposentar todas essas vontades de mudança. Pode ser que isso não acontecesse com uma menina de São Paulo (Helena, 48 anos, em entrevista de 29/3/2015).

Os jogos e, principalmente, as festas, formas de integração entre os cursos, aconteciam não somente como uma forma de recreação, mas entre os cursos femininos e masculinos como uma tradição de juntarem homens e mulheres:

Essas tradições de fazer festas entre os cursos, Engenharia de Materiais com Fisioterapia ou T.O, vêm da onde? Vêm de juntar homem com mulher, terapias eram só mulheres, engenharia eram só homens (Helena, 48 anos, em entrevista de 29/3/2015).

O movimento estudantil na vida dessas mulheres aparece de forma geracional, sendo que em algum momento de suas vidas ele esteve presente, em outros é um movimento que carrega sua vida de atuação para continuar em outras instâncias, como relata:

Durante toda a minha graduação, depois também no mestrado e doutorado, eu sempre participei ativamente desses movimentos, do movimento estudantil e de todas essas instâncias na universidade, dos conselhos, do centro acadêmico e do DCE (Cora, 45 anos, em entrevista de 13/3/2015).

É um espaço de militância que não foi só dentro do movimento estudantil, mas o movimento contribuiu para que eu me tornasse uma militante de esquerda, o movimento estudantil foi fundamental... O movimento estudantil tem uma peculiaridade, ele pega você em uma fase que ela é geracional, ela vai terminar. Você nunca vai ser eternamente do movimento estudantil, você pode ser eternamente do movimento de mulheres até você morrer, do movimento partidário até você morrer, mas do movimento estudantil você não será eternamente, é uma característica específica

desse movimento, ele vai pegar as pessoas numa determinada fase geracional da vida delas, ele vai ter sempre um fim porque você irá entrar e sair. Ele tem um papel, em minha opinião, fundamental para a formação política de mulheres e homens (Violeta, 45 anos, em entrevista de 16/4/2015).

Os relatos até aqui apresentados denotam a força de constituição do ser mulher. Revela-se a importância da explicitação destas memórias, que tem um momento histórico que começaram a ser legitimadas: uma história das mulheres narrada por mulheres sobre mulheres, ou seja, em que elas são sujeitos e objeto dos relatos. Perrot (2012) faz uma breve colocação:

O advento da história das mulheres deu-se na Grã-Bretanha e nos Estados Unidos nos anos 1960, e na França uma década depois. Diferentes fatores imbricados – científicos, sociológicos, políticos – concorreram para a emergência do objeto “mulher” nas ciências humanas em geral e na história em particular (PERROT, 2012, p. 19).

Em 1970 apresenta-se uma renovação ao pensamento, fatores científicos questões ligadas ao marxismo e estruturalismo, aos modos das alianças disciplinares e às questões da subjetividade. A história alia-se à antropologia e redescobre a família e dela questões como a natalidade, nupcialidade, a idade de se contrair matrimônio. Essa expansão traz a mulher acidentalmente como sujeito na história, pois ela está à frente dessas temáticas do privado que passam a ser centrais nas pesquisas. A presença das mulheres na universidade, os fatores sociológicos, por exemplo, revelam que em 1970 as mulheres representavam quase um terço das matrículas de estudantes. Depois de muito tempo sendo invisibilizadas e indesejadas tornam-se, então, docentes no momento depois da Segunda Guerra Mundial, constituindo atualmente quase um terço dos professores efetivados, mais um fator de escuta favorável às mulheres em suas vidas e na academia, tornam-se visíveis, segundo Perrot (2012):

(...) contava com o apoio de mulheres intelectuais, leitoras de Simone de Beauvoir, que acreditavam que tudo estava resolvido no livro *Le Deuxième sexe*. Esse movimento teve consequências no saber, de duas diferentes maneiras, pelo menos. De início, em busca de ancestrais e de legitimidade, por seu desejo de encontrar vestígios e torná-los visíveis, começou um “trabalho de memória” que continua a desenvolver-se desde então no seio da sociedade em seu conjunto. Ao longo prazo, esse movimento teve ambições mais teóricas. Pretendia criticar os saberes constituídos, que se davam como universais a despeito de seu caráter predominantemente masculino. Houve, nos anos 1970-1980, uma vontade de “corte epistemológico” que afetou principalmente as ciências sociais e humanas, mas que chegou a tocar o domínio da matemática. Assim nasceu o desejo de um outro relato, de uma outra história (PERROT, 2012, p. 20).

Assim, a história tem o seu início, mas não o seu fim, e as mulheres hoje lutam pela igualdade em relação aos homens sentindo e tendo como experiência as diferenças de ser mulher em sua ação, em seu passado, presente e futuro. Com clareza e firmeza a mulher vem a público mostrar o seu papel político e social, pois não é mais representada por sua constituição biológica no momento em que ganha status político e social. Na frase célebre “o pessoal é político”, a mulher passa a ter estudos

valorizados por suas experiências, sua vida cotidiana, sendo implementada para mapear um sistema de dominação que operava no nível privado de dominação entre homens e mulheres (PISCITELLI, 2002).

Em seu livro, Perrot (2012) mostra que essa história é de todas as mulheres, de todas nós. A autora fala da relação das mulheres com os homens, da sexualidade, da família, das crianças, das representações do feminino e masculino, das classes sociais, do poder e da sociedade. Com esse destaque ao seu espaço político e social a mulher tem uma história da qual ela é um sujeito ativo e representativo, como a autora coloca “sem nenhuma contradição se engaja no projeto de emancipação das mulheres” ao se relatar e colocar a mulher na história em sua narrativa como algo que não terminou e que está em curso, em construção apontando, assim, a crescente visibilidade feminina do espaço privado ao público. Para Perrot (2012, p.16), parte-se de uma história das mulheres para se tornar uma história do gênero, que insiste nas relações de igualdade entre os sexos em suas perspectivas espaciais, religiosas e culturais. Ela traz a público, assim, a quebra do silêncio, uma vez que essa história não pertence à autora que não a toma como sua propriedade, e coloca-se em discussão a realidade das mulheres por meio de temas tratados em seu livro, pois “tudo é história, depende do sentindo que damos à palavra história”, afirma. A história das mulheres é resgatada em seu passado, passa pelo presente e se constrói para o futuro.

Considerações finais

A cultura feminina resgata novos modos de pensar e agir, pois quando a mulher adentra ao espaço público com a discussão de suas ideias, temas, valores, questões e atitudes levam à feminização cultural, rompendo com a ordem da cultura masculina, antes representada somente de forma objetiva e racional. A mulher, ao longo de sua trajetória histórica, instituiu novos modos de se pensar o feminino, em que sai do espaço privado e avança ao mundo público, retira suas amarras, se liberta dos antigos modelos e busca novos modos de subjetivação para sua construção subjetiva e prática do ser mulher.

A busca da participação feminina ao longo da história, na maioria das abordagens, refere-se àquela ligada ao mundo masculino, valorizada somente ao homem de modo que este se torna ator por estar à frente, por estar ativamente e em primeiro plano nas decisões referentes a ele e aos seus subordinados, como podemos constatar nas memórias narradas pelas entrevistadas desta pesquisa. Atualmente, a existência feminina é marcada por outros símbolos que se apresentam como uma maneira prática de se pensar a mulher através delas mesmas e pela sua existência e vivência no mundo público.

Dentro desse contexto de participação da mulher em espaços públicos resgatou-se a memória dessas mulheres que se engajaram no movimento estudantil. A vivência no movimento estudantil permitiu a participação feminina de forma ampla, construindo-se uma identidade de mulher atuante para cada uma delas. Com a pesquisa teórica e prática apresenta-se o conceito de gênero como um conceito que inclui na história as experiências das mulheres. O termo gênero amplia, portanto, as discussões entre o feminino e o masculino, pois suas pesquisas dão ênfase aos estudos da mulher sem se sobrepôr ao homem. A pluralidade do movimento estudantil ainda é caracterizada fortemente pela lógica de atuação masculina e, como relatado por todas as entrevistadas, é um espaço de formação e

educação política no qual essas mulheres tiveram diálogo e hoje carregam essas experiências para a vida.

Conhecer a história das mulheres é sim conhecer a história sobre todas as mulheres (e dos homens), pois a história das mulheres é relacional, inclui tudo que envolve os seres humanos. Nessa perspectiva, a história das mulheres é fundamental para se compreender a história geral (PRIORE; PINSKY, 2013). Conclui-se que as representações de trajetórias femininas na história, na política e vida social, em sua vivência e existência, nas memórias da realidade social concreta das atividades no movimento estudantil a partir de 1990, podem contribuir para um aprofundamento maior da presença feminina no movimento estudantil e na universidade brasileira, bem como para a própria história da educação e do ensino superior brasileiro, em específico.

Referências

BOSI, E. *Memória e Sociedade: Lembranças dos velhos*. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

BRITO, M. N. *O gênero, a história das mulheres e a memória: Um referencial de análise*. Disponível em: http://www.lacult.org/docc/oralidad_05_22-27-o-genero-a-historia-das.pdf.

Acesso em 20/09/2016.

COSENTINO, M. C. A memória coletiva e a construção da identidade em famílias da Sociedade Israelita de Ribeirão Preto. 2013. 213f. *Dissertação* (Mestrado em Psicologia) – FFCLRP- Departamento de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/59/59137/tde-24072013-104950/pt-br.php>. Acesso em 20.04.2016.

HALBWACHS, M. *A Memória Coletiva*. São Paulo: Ed. Centauro, 2004.

PEDEX – Programa Educativo Dívida Externa. *O Neoliberalismo. Ou o mecanismo para fabricar mais pobres entre os pobres*. São Paulo: DESER, 1993.

PISCITELLI, A. Re-criando a (categoria) mulher? In: ALGRANTI, L. (Org.). *A prática feminista e o conceito de gênero*. *Textos Didáticos*, n. 48. Campinas: IFCH/Unicamp, 2002, p. 7-42.

POLLAK, M. Memória, Esquecimento, Silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol.2, nº 3, 1989.

PRIORE, M. D. (Org.); PINSKY, C. B. (Coord.). *História das mulheres no Brasil*. 10. ed. São Paulo: Contexto, 2013.

RAGO, M. Epistemologia feminista, gênero e história. *Masculino, feminino, plural*. Florianópolis: Ed. Mulheres, p. 25-37, 1998.

TAVARES, S. M. N. As universidades confessionais brasileiras e as reformas da educação superior da década de 1990. 2012. 261f. *Tese* (Doutorado em Educação) – Centro de Educação e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos,

• 193 Mulheres no movimento estudantil e as universidades públicas brasileiras da década de 1990...

2012. Disponível em:

http://www.btdtd.ufscar.br/htdocs/tedeSimplificado/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=4867.

THOMPSON, P. *A voz do passado – História Oral*. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

* Mestra em Educação pelo Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de São Carlos-*campus* Sorocaba. E-mail: mayrisps@yahoo.com.br

** Professora Associada do Departamento de Ciências Humanas e Educação e da Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de São Carlos- *campus* Sorocaba. E- mail: viviane@ufscar.br

Recebido em 10/09/2016

Aprovado em 03/10/2016